CONJUNTURA

1. CONJUNTURA DE FIM DA DITADURA MILITAR E MOMENTO ATUAL

A crise do regime da ditadura militar atinge uma nova qualidade quando, entre 77/78, ela leva à derrota o projeto de institucionalização do regime de ditadura militar, forçando este regime a assumir o processo irreversível de sua substituição/transformação, iniciando, assim, a conjuntura do fim da ditadura militar. Isto se deu, destacadamente, pelo acirramento das contradições inter-burguesas (e do que elas refletiam das contradições de classe do conjunto da sociedade), seja no seio da própria ditadura, seja pela pressão da oposição liberal, seja pela crescente pressão do movimento operário e popular. Ficava constatado, enfim, que o regime como estava não era mais eficaz para coesionar os diferentes interesses burgueses (hegemonizados pela burguesia monopolista) dentro do bloco dominante, nem tampouco se mostrava eficaz para conter a retomada das lutas populares.

Quando a ditadura militar assume o projeto de auto-reformar-se ela estava agora tomando o caminho de uma transformação dirigida e controlada, onde buscaria proceder ao recuo paulatino e organizado das FFAAs do papel que até então vinham desempenhando na gestão direta do Estado. A ditadura militar explicitava assim o impacto da crise econômica, do seu isolamento político e inclusive suas fissuras internas e a pressão da oposição liberal, bem como a explosão das insatisfações populares, num espoucar crescente de lutas massivas.

Embora estejamos vivendo já a conjuntura ou período de fim da ditadura militar, isto não é sinônimo de sua desaparição imediata, nem que ela esteja vivendo o momento de sua desagregação total. Na verdade, o que se constata é que estamos ainda, no início deste processo, onde a DN ainda tem uma margem de manobra razoável, conta ainda com apoio bugguês suficiente para encaminhar sua auto-transformação, mesmo levando em conta todo o desgaste acumulado e a sca

AB, DP, DPD, 18

leração crescente de seu enfraquecimento.

O momento atual se caracteriza ainda pela polarização, principalmente dentro do bloco dominante, sobre a forma concreta de conduzir a "superação" da ditadura militar. Num primeiro momento vencaram o DM e os setores burgueses que lhe dão sustentação (e que são os mais fortes), na medida em que a ditadura conseguiu a aprovação de suas reformas, garantiu a sucessão presidencial e absorveu o teste das eleições em novembro passado. Os limites atuais de suas reformas entretanto, tem pouco fôlego e apontam para uma profunda instabilidade.

A DM buscará ao máximo que não se chegue à este "momento da desagregação" onde estaria colocada de forma prática as condições para o chamamento à sua derrubada. Para tanto ela buscará uma "transição por cima", negociada dentro do bloco dominante.

2. A "DITADURA REFORMADA" COMO FORMA DE "TRANSIÇÃO POR CIMA"

O "projeto de ditadura reformada", se assim se pode dizer, é justamente a forma prática que assume hoje essa "transição por cima" a partir da iniciativa da própria DM. Este "projeto" não delineia um modelo de um novo regime de forma precisa e clara, e sim, ao contrário, ele é essencialmente impreciso, fluído, e sem fronteiras bem delimitadas nem objetivos rígidos, aparecendo com um acentuado caráter pragmático, de ir se ajustando às condições da negociação de "retirada organizada". Ele é muito mais um processo dinâmico de vais e-vens onde a característica principal está, sem dúvida, nas concessões crescentes que o regime da DM vai sendo forçado a fazer. Só que para tanto ela busca garantir em suas mãos a iniciativa da dosagem e do rítmo do processo de transformação. Ele é assim, uma forma de transição que busca manter, ainda, nas mãos das FFAAs o controle da transição, do "recuo organizado para os quartéis".

As reformas da ditadura concentraram maiores poderes no âmbito do "poder executivo", isto é, da Presidência da República e da toda a máquina estatal que lhe é subordinada, garantindo desta for

AB, DDP, DDPXI, 18

ma específica a concentração de poderes para a transição. As reformas foram a forma encontrada para manter-se o regime de ditadura militar em condições de poder a iniciativa para conduzir a negociação de sua própria superação. É assim que as medidas tomadas para garantir o resultado eleitoral por antecipação, feitas no "pacote de abril de 77", mais todo o conjunto de medidas, desde as "salvaguardas", aumento de mandato presidencial, poderes novos ao presidente, nova LSN, concentração do aparelho repressivo, etc., tudo isso viria conformar o novo "executivo forte" da ditadura reformada.

Só que a ditadura reformada supunha não somente reforçar o poder legal do executivo. Ela visava ao mesmo tempo enfrentar a crise de representação política do regime, abrindo canais concretos que permitissem um processo de negociações políticas dentro do bloco dominante, inclusive para enfrentar as contradições que afloravam dentro da própria fração dominante, a burguesia monopolista.

Buscava-se assim, tanto abrir canais para que as contradições inter-burguesas se expressassem, ao mesmo tempo que, em certa medida, buscava-se também, abrir canais para absorver, controlar e manipular as reivindicações políticas e econômicas do MOP, dentro se nova institucionalidade, buscando desarmar-lhe a independência, autonomia e crescente radicalidade.

Isso concretamente significava encontrar uma formula que permitisse ir transitando das condições de puro arbítrio, para a reabilitação (em grande parte ainda limitada, nesta primeira fase), do parlamento e da atividade política - no sentido burguês - que passariam a jogar um peso crescentemente maior.

A medida visava fundamentalmente buscar criar mecanismos, não só de enfrentamento das contradições inter-burguesas, mas também criar canais de apoio político no seio das massas exploradas, através de novos partidos de fachada democrático-liberal, visando dar cobertura políticaà transição e mesmo relegitimar diante do conjunto da sociedade o domínio do Estado pelo bloco dominante e dentro dele especialmente pela burguesia monopolista. A tentativa de c

AB, DDP, DDPB, AB

criação de novos partidos visa fundamentalmente a preparar-se para negociar negociaba em novas condições a transição por cima e a negociada do regime de DM para outro de caráter democrático-formal mas aprofundo corte autoritário.

A quebra do bipartidarismo se representa, principalmente, a busca de base política para esta transição, ela é também, por outro lado, o reflexo da pressão do MDP e do questionamento do monopólio da oposição partidária legal reservado pela DM até então, ao MDB sob controle dos liberais.

3. A DITADURA REFORMADA E OS LIBERAIS

Devemos fazer logo uma ressalva quanto à caracterização de uma corrente burguesa liberal, como se ela fosse uma força política estável, com uma certa composição fixa em relação a setores concretos no interior da burguesia brasileira. Na verdade, isto não ocorre senão por aproximação. Mais errôneo ainda seria a identificação dos liberais como "progressistas". Há liberais para todos os gostos e fachadas.

À medida em que se aprofundou a crise da ditadura militar, ela fez emergir de seu próprio interior os chamados "dissidentes liberais", uns mais liberais que outros, como Severo Gomes em relação a Magalhães Pinto. Foi tentada uma conexão destas "dissidências arenistas" mais as facções militares descontentes com a oposição burguesa e pequeno-burguesa alinhadas dentro do MDB, sob o comando da primeira. Foi a tentativa da Frente Nacional de Redemocratização, uninso desde Magalhães Pinto, Severo Gomes a Euler Bentes e Hugo de Abreu, e depois o MDB enquanto um todo sob o empuxe de alguns autênticos e moderados como Chico Pinto, Marcos Freire e Saturnino Braga. O episódio da candidatura Euler na descarada farsa eleitoral: a eleição indireta para presidente da república, aliada às contradições no interior da FNR e às pressões externas de um crescente movimento de massas, terminaram por implodir essa frente, na medida em que dela se afasta Magalhães e Cia. O que ocorreu é que o re

gime, já na sua transformação em ditadura reformada consegue trazer de novo ao seu regaço as ovelhas desgarradas que agora, já se dispõem a colaborar. É assim que, já antes de 15 de outubro, o Gal. Figueiredo lança proposta de "conciliação nacional", estendendo a mão aos adversários para , juntos, "fazer deste país uma democracia". E tanto dentro do MDB, como entre as forças dissidentes do interior do regime existem aqueles que estão sôfregos para apertar a mão estendida. Outros relutam mais, à medida em que cobram um preço mais alto nesta transação. No conjunto, entretanto, é evidente que o chamado "projeto liberal" para enfrentar a crise do regime tem com a ditadura reformada uma diferença que é mais de ritmo (como tanto insistiu Euler Bentes em sua campanha), outras de forma e poucas divergências de fundo. Daí a possibilidade da fusão deste projetos estar presente, embora não seja ainda um dado concreto.

O setor liberal da oposição burguesa deverá assumir a conciliação nacional afinal tantas vezes proposta por eles mesmos. Sóssó que deverá fazê-lo buscando condições mais vantajosas. Na medida em que a crise do regime se faz mais forte com o desgaste crescente que lhe impõe o movimento de massas, o projeto da ditadura reformada leva necessariamente à busca da cooptação dos liberais (ou na outra hipótese - pouco provável - ao endurecimento) visando abrir canais para os conflitos inter-burgueses e para controlar o movimento de massas de forma nova. A oposição liberal por sua vez buscará canalizar todo o potencial do movimento de massas no sentido de pressionar a ditadura militar em suas negociações.

Ela buscará fazer todos os esforços para que não surja um movimento de massas de caráter político contra a ditadura, que lhe fuja de seu controle e direção. Afinal, ela pretende sim um certo grau de participação do movimento de massas mas somente o mínimo necessário para, garantindo-se contra desdobramentos que lhe fujam das mãos e que radicalizem o processo, poder então negociar dentro do bloco dominante.

AB, DOP, DOP XI, 18

9.

A oposição liberal trabalha hoje com a ditadura reformada, como antes trabalhou
como antes trabalhou com o projeto de distensão, isto é, coloca-se dentro da perspectiva da ditadura reformada, buscando somente radicalizá-la um pouco mais no ritmo da transição para a democracia autoritária e na profundidade de algumas medidas, mas de forma alguma questiona a transição por cima ou propõe pelo menos nas condições atuais de luta, uma ruptura que levaria à derrubada da ditadura militar.

É bem evidente que o comportamento da oposição liberal frente à crise do regime dependerá, em última instância, da luta que trava o movimento operário e popular e de sua capacidade de enfrentar a crise do regime. Conforme a peofundidade, extensão e radicalidade das lutas de massa, a oposição liberal, até mesmo para evitar que estas lutas ganhem uma dinâmica própria, gestando um movimento independente, buscará enquadrar o conjunto do movimento de oposição sob sua direção. Paralelamente, ela tenderá a dividir-se, com uma ala partindo para apoiar a repressão sobre o movimento de massas e,outra que tentará exercer sobre ele sua influência moderadora.

Entretanto, para a prática da proposta de "conciliação nacional" duas dificuldades se interpõem de imediato para a ditadura. A primeira é que o Ministério do governo Figueiredo revela ~~esses~~ esforços de composição de todas as forças políticas comprometidas com a DM. Buscaram juntar todos os grupos, alas e setores para fazerem o que estão chamando de "a conciliação revolucionária". Ou seja, a tentativa de recompor a frente política de sustentação da DM para que ela pudesse encaminhar, numa posição de relativa força a negociação da transição. Seria, uma preliminar essencial para a "conciliação nacional". Entretanto, ela traz maiores contradições à crise e ao regime, pois é evidente que este Ministério assim composto representa uma coalização de forças muito menos para levar à frente as reformas e muito mais para impedir seu desdobramento mais vigoroso. Daí que este novo governo nasce velho, pois é praticamen

AB; DDP, DDPÊT, JB

te a soma do continuismo do governo Geisel mais algumas áreas de peso
peso do governo Médici.

O outro fator que colocará obstáculos sérios à proposta demagogica de "conciliação nacional" da OM, é o desdobramento das lutas do movimento de massas, que tendem a ganhar uma generalidade no terreno reivindicativo sem precedentes.

4. O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR APROFUNDA A CRISE DO REGIME

É evidente que a situação do MOP sofreu modificação peofunda nesse mesmo período. A sua entrada em cena com lutas massivas e com a utilização da greve como principal forma de luta, desde o grande movimento grevista de maio-junho de 1978, marcou claramente a separação da fase de"resistência localizada e atomizada" para um segundo plano. Embora as lutas do MOP estejam ainda centradas principalmente na luta econômica, elas já incorporam, ainda que limitadamente bandeiras políticas, como por exemplo nas lutas pela liberdade sindical e direito de greve.

As greves de maio-junho de 78 tiveram seu começo e sua base central no ABC, logo se estendendo à capital e Osasco e posteriormente a outras cidades do interior de S.P. e um pouco também além deste estado. Estas greves conseguem, no momento em que são feitas, vitórias espetaculares. O movimento fez letra-morta da lei anti-greve da ditadura militar; quebra o seu famigerado índice de arrocho e obtém vitórias na reivindicação salarial; arranca a "negociação direta" com os patrões; pressiona a estrutura sindical atrelada e cria "comissões de fábrica", conquistando assim vitórias tanto políticas, como principalmente econômicas. O movimento operário questionava, portanto, o arcabouço básico da política oficial de repressão e controle da ditadura militar sobre ele e até mesmo alguns dos aspectos fundamentais da relação entre o Estado e a classe operária, que vinham existindo desde 1937. Restaria ver, ainda, até que ponto o mov. op. teria alcançado condições de sustentar e garantir tais conquistas.

AB, DOP, DOPS, 19

As lutas operárias do 2º semestre vieram confirmar e dar maior dimensão à tendência
ior dimensão à tendência
de generalização das lutas. Além das grandes greves operárias de SP/Osasco/Guarulhos, e secundariamente a greve da FIAT em Betim, e no Rio, ocorreram movimentos grevistas de envergadura na área da p.b. assalariado, como professores e bancários.

Nesse novo enfrentamento do MOP já agora no encaminhamento de seus dissídios anuais viria à tona as limitações que o próprio mov. enfrenta, limitando enormemente suas vitórias, mostrando seus impasses e até mesmo impondo-lhe derrotas. Assim nas campanhas salariais de reajuste anual dos metalúrgicos de SP, Osasco e Guarulhos, no 2º semestre de 78, diferentemente do que fora o movimento grevista de maio-junho, realizam-se grandes assembléias sindicais, com muitos milhares de operários que decretam a greve, num enfrentamento direto e aberto, tanto da lei anti-greve, como dos limites do sindicalismo atrelado. Entretanto, não obstante a enorme vitória de se conseguir efetivar greves de amplitude espetacular, como foi em SP/OS/GUAR., com mais de 300 mil operários, o movimento grevista é abortado pela traição dos pelegos e pela inexistência de uma direção alternativa e real em condições de enfrentar e quebrar a intransigância patronal. O movimento grevista revelou assim a defasagem real entre a disposição de luta da grande massa operária e a inexistência de uma direção política de vanguarda, com clareza e condições de propor e encaminhar na prática, junto às massas, uma política de justa orientação para sua luta econômica e política, no caso especialmente para a luta sindical.

Remoposições sindicais revelaram toda sua impotência (que em grande parte é expressão direta do próprio estágio de construção da vanguarda proletária) em praticar uma política de massas que lhe desse condições de aparecer como uma direção efetiva para o movimento operário em suas lutas, seja tanto no que toca à utilização crítica do sindicalismo atrelado e pelego, seja no que toca aos esforços de simultânea e articuladamente, avançar no trabalho de construção da

AD, DDP, DDPD, 16

organização independente pela base. Particularmente a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, por praticar a errônea política de "empurrar o pelego"em vez de se apoiar no movimento de base para disputar-lhe e tomar-lhe a direção efetiva do movimento, dentro mesmo do sindicato atrelado. Se a oposição revelou muita combatividade e certo grau de capacidade de direção nas greves localizadas de maio e junho, quando no 2º semestre ocorrem novas condições de luta -assembléias enormes e mobilização massiva da categoria - ela se revela inteiramente despreparada para fazer frente à envergadura do movimento e às novas questões que ele traz. A verdade é que as conquistas econômicas de maio/junho em S.Paulo, Osasco e Guarulhos são estendidas para o restante da categoria que não tinha feito greve, ou dito de outra forma, as conquistas das greves de maio/junho foram transformadas em "antecipações" e descontadas no acordo da greve geral de novembro. Resta ver ainda se as conquistas da greve de maio no ABC conseguirão se manter.

A tudo isto, soma-se as represálias desenvolvidas nas fábricas, a grande quantidade de dispensas pós-greves, inclusive de membros de comissões de fábrica e grevistas mais ativos. Devemos levar em conta que a ditadura reformada prepara para estabelecer novos limites para a ação do movimento operário e popular, readequando seu arsenal repressivo para poder usá-lo efetivamente. Aí vemos como seria errôneo uma visão triunfalista das condições de luta do movimento operário e popular e vemos o quadro real dos desafios que estãoppostos para a condução das lutas desse movimento. Entendemos que isso, entretanto, que o movimento vá entrar em recesso, mas sim que seu avanço se dará em novas condições, exigindo-lhe também a necessidade de utilização de outras formasde luta, tais como os piquetes de greve.

Avançou muito no decorrer do ano de 78, a luta contra o arrocho, pela livre negociação, pelo direito de greve, pela liberdade sindical. Dentro do sindicalismo atrelado, surge uma ativa articulação de uma corrente de "sindicalistas combativos" que come

çaram a questionar os limites do atrelamento e que evoluiram suas posições durante o ano, num processo marcado por altos e baixos que vai desde o surgimento da "dissidência da CNTI" à absurda unidade com renomados pelegos no Congresso de Lins. É de se observar que, na disputa das eleições sindicais foi justamente na área da pequena burguesia assalariada que se registrou o maior número de vitórias das chapas combativas em vários estados, principalmente, em São Paulo e Rio.

É de se destacar também pela importância e vulto que tiveram, os movimentos grevistas na área da pequena-burguesia assalariada, e que tendem a se desdobrar. Além disto, movimentos populares como o "custo de vida" e o "movimento estudantil tiveram destaque em 78 e tendem a se desdobrar, aprofundando a crise do regime.

A partir do momento em que o movimento operário e popular fez as greves de maio/junho em SP, a greve como forma de luta de massas - por ora ainda fundamentalmente de reivindicação econômica, passou a ocupar um lugar-chave. E isto passou a ser uma referência para todas as categorias de assalariados, passando o uso da greve a ser cada vez mais frequente num movimento em espiral no ascendo do movimento popular.

A ditadura militar fez ao longo deste periodo tantativas de "conter" o avanço do movimento operário, que vão desde o aumento da legislação repressiva, como foi a edição do decreto lei 1632 (que entretanto foi logo sendo desmoralizado, pois o mov. de massas passou por cima dele) até a utilização da repressão/intimidação. Na verdade, está evidente a dificuldade da ditadura militar em conter o ascenso do mov. e ela busca desesperadamente encontrar recursos para enfrentar o pipocar amplissimo de greves que, pela legislação atual são ilegais, às vezes dupla ou triplamente ilegais e não obstante continuam sendo feitas, com resultados às vezes mais, às vezes menos favoráveis.

AB; DDP, DDPI, 18

A dificuldade que a DM enfrenta está expressa por uma lado na crise econômica
na crise econômica (veja-se aí o exemplo da violenta inflação) ou seja a própria política econômica da ditadura leva a aprofundar as contradições com o mov. de massas, e a forçá-lo à crescentes lutas - e por outro lado, a necessidade da DM em promover a "transição", fazendo concessões políticas.

5. CONCLUSÕES E TENDÊNCIAS DA CONJUNTURA

Das avaliações feitas anteiormente podemos tirar resumidamente as seguintes conclusões e tendências da conjuntura:

1. Vivmmos hoje a crise da dominação política burguesa sob a forma do regime de ditadura militar. A forma concreta que se apresenta para sua superação hoje, dentro do próprio regime, é a vidada "ditadura reformada". Esta via reflete a expressão global da crise do regime na tentativa de renegociação dentro do bloco dominante dessa "superação da DM", incluindo a fusão e cooptação com setores liberais e estabelecendo controles e envolvimentos do movimento de massas, ao mesmo tempo que fixando limites para exercer sobre ele um novo poder repressivo, que acentuará os mecanismos de controle ideológico e envolvimento político.

A "ditadura reformada" em si não é um projeto específico de dominação burguesa, não é um "novo regime" e sim uma forma particular de buscar efetivar a "transição por cima".

2. A crise da atual forma de dominação burguesa se coloca não apenas do ponto de vista interno das relações do bloco dominante, mas sim do conjunto das relações entre as classes na sociedade, tendo em conta a contradição básica entre explorados e exploradores. A constituição de uma nova forma de dominação burguesa deverá levar em conta a necessidade de garantir a direção burguesa sobre o conjunto das classes dominadas. A tendência da crise atual - período de fim da ditadura militar - empurra os setores dominantes para a busca da constituição dessa nova forma de dominação burguesa.

AB, DDP, DDPEI, 18

Buscam um regime que supere a ditadura militar instituindo uma forma de dominação que garanta canais de resolução das contradições internas dos setoresburguesas e sua hegemônia sobre as classes dominadas.

3. A rapidez da ruptura e a profundidade da passagem da forma de dominação burguesa ditatorial-militar atual para uma forma de dominação burguesa democrática de corte liberal-autoritário, não depende apenas das divergências internas da burguesia e sim, principalmente, no desdobrar da conjuntura, do peso e características da intervenção nesta luta do movimento popular. Sendo o aspecto chave da atual conjuntura o conteúdo e a forma concreta que assumem o projeto principal de resolução da crise, que neste momento é o de "transição por cima" via ditadura reformada, a questão central do desfecho da crise do fim da ditadura está hoje dependendo do desfecho que tenha a própria ditadura reformada. Se esta não for derrotada (e só o movimento operário e popular poderia chegar a fazê-lo) estará garantida a vitória da"transição por cima" com a participação de massas controlada e enquadrada dentro do novo regime.

A derrota do projeto de"transição por cima" da ditadura reformada só tem condições de se efetuar se a direção política do movimento operário e popular não estiver sob influência liberal e reformista,e também conforme consiga desenvolver-se politicamente como movimento de massas, de forma a agudizar a crise do regime, abrindo então, com a derrota da ditadura reformada, condições de colocar a questão da derrubada da DM, ou seja, de uma "transição por baixo", que abra o caminho para uma alternativa popular ao regime de ditadura militar. Entretanto,a capacidade do mov. operário e popular de se constituir como movimento político de massas contra a ditadura e que golpeie a atual forma de transição por cima, chegando a inviabilizá-la, não é ainda sinônimo de que estará garantida a hegemonia popular na transição. Pode ocorrer,como hipotese muito provável, se não se gestar uma direção revolucionária para o MOP, que ele tenha uma ativa participação na inviabili

AB; DDP, DDPXI, 18

zação do projeto de transição por cima, via ditadura reformada, mas que não chegue a conseguir hegemonizar uma alternativa popular, caso em que retornariam à cena, sob outra forma, as possibilidades de uma vitória de um projeto liberal.

Disto tudo o que se conclue é que tanto a constituição de uma nova forma de dominação burguesa democrática restritiva, elitista em relação aos setores populares, mas sou menos autoritária, de maior ou menor duração da fase de transição da ditadura reformada ou na hipótese (menos provável) de endurecimento e recuo da ditadura reformada, ou mesmo a construção de uma alternativa popular a DM, tudo isto, tem como referencial central o tipo de intervenção na crise do regime que o MOP conseguir efetivar. É nesse sentido que podemos afirmar que depende dele, em última instância, o tipo e a rapidez de solução da crise do fim da ditadura mas, pois em qualquer hipótese, ele jogará um papel fundamental.

RESOLUÇÃO SOBRE A TÁTICA

I) OBJETIVO CENTRAL DA TÁTICA: generalizar a luta contra a ditadura, organizar um amplo movimento político contra o regime militar, inviabilizar a ditadura reformada.

Aos revolucionários proletários cabe assimilar as mudanças qualitativas operadas na conjuntura, no sentido de daí extrair postulados básicos para a formulação de uma tática capaz de possibilitar uma saída popular para a presente crise de democratização do regime militar, como também servir de acúmulo para os objetivos históricos do proletariado. Cabe a eles assimilar que os rumos do socialismo estão sendo decididos hoje no Brasil fundamentalmente no campo dos embates políticos em torno das alternativas à ditadura militar. É fundamental, portanto, para o próprio socialismo, ter uma tática de intervenção que inviabilize a transição por cima da ditadura militar.

Para a formulação de tal tática é vital a constatação de que a atual crise do regime militar e a tendência à generalização da luta de massas, ao lado de um vasto sentimento anti-ditadura, wue se manifestou por exemplo nas eleições de novembro de 78, indicam que não estamos mais num simples periodo de resistência, como ocorreu entre os anos 69/74. Nestes termos o nosso objetivo tático central não é mais o de organizar a resistência dos trabalhadores e do povo. Isto apesar de que a superação do regime venha tendo como polo de atração as reformas políticas engendradas pela própria ditadura e ainda que as classes dominantes contem com um grande trunfo: o incipiente nível de consciência e organização das massas populares, e de construção da vanguarda proletária.

Romper com tais limites, aprofundar a crise do regime, levar as camadas populares a participar de uma forma ativa e independente da derrubada da ditadura são pois tarefas fundamentais colocadas na presente conjuntura de fim da ditadura. No exato estágio da crise do regime - cuja superação vem se dando fundamentalmente

AB, DDP, DDPI, 18

mente por cima - tais tarefas levam necessariamente a fazer com que o movimento operário e popular inviabiliza o "projeto de ditadura reformada" e acumule forças para impor uma saída própria.

Nestes termos, o nosso objetivo tático central é fazer com que a superação da ditadura não se dê através de uma solução negociada nos marcos das classes dominantes, mas através de sua derrubada pelo movimento operário e popular, fazendo com que este se livre, inclusive, da influência liberal-burguesa que hoje detém a capacidade de centralizar o campo da oposição. Em outras palavras só é possível derrotar o projeto de ditadura reformada e inviabilizar qualquer saída elitista-burguesa com a generalização da luta de massas pelo fim radical do regime militar, pela conquista das liberdades democráticas, de melhores condições de vida e de trabalho e de outras conquistas econômicas e sociais.

Assim, o centro da nossa tática visa envidar esforços para que o atual movimento operário e popular supere seus limites, dê um salto de qualidade e se constitua num amplo movimento político e unificado contra a ditadura militar, abrindo espaço para a organização independente dos trabalhadores e do povo, desenvolvendo um amplo trabalho de denúncia da ditadura, do seu caráter de classe e da necessidade de derrubá-la. Ou seja, visa apontar para que surja na presente conjuntura de crise da ditadura uma verdadeira frente política de massas.

A criação de um movimento político de massas contra a ditadura passa tanto pela construção de um projeto global que responda à atual crise do regime, como também pela gestação e fortalecimento das organizações de massa com profunda participação de suas bases, quer as de caráter setorial e local, quer as de caráter global. Só contando com tais organizações - e principalmente as de caráter político e global - o movimento operário e popular poderá fazer frente aos limites impostos pelo regime militar e às tentativas da oposição liberal de mantê-lo sob controle.

AB, DDP, DDPEJ, 18

Ter como centro tático a formação de um amplo movimento popular pelo fim da ditadura não nos leva a desconhecer o atual estágio de mobilização, de organização e de consciência das camadas populares, cujas lutas - ainda que tenham inevitáveis incidências políticas no cenário nacional e se constituam num dos mais importantes aspectos da conjuntura - são econômicas, tem um forte componente espontâneo e seu desenvolvimento tem se dado fundamentalmente, de maneira independente da direção das vanguardas organizadas.

Entretanto, elas são hoje, dado o grau de generalização a que chegaram, um importante patamar inicial, através do qual é possível dar um salto de qualidade, caso principalmente a vanguarda, em sua articulação com as parcelas avançadas das massas envidarem esforços para que as camadas populares passem a travar a luta política global contra a ditadura, levantando bandeiras capazes de generalizar o movimento e de direcioná-lo contra o regime militar. Ou seja, cabe não ignorar o atual estágio do movimento de massas, mas cabe fundamentalmente entender que a conjuntura abre espaço para que se rompa com os limites do corporativismo e que as camadas populares dêem o salto do campo econômico para o campo político. E isto dependerá, sobretudo, da ação consciente e organizada da vanguarda.

Por outro lado, só será possível acumular forças com vistas aos objetivos históricos dos trabalhadores se a nossa tática tiver como elemento integrante a propaganda do socialismo, ainda que esta não vise ser um substitutivo das tarefas concretas que estão colocadas pela presente conjuntura.

De um lado, ela serve como elemento aglutinador da vanguarda social do movimento popular, instrumentalizando-a política e ideologicamente, abrindo o seu horizonte, embora esta vanguarda se unifique fundamentalmente no combate à ditadura. De outro, ela joga um importante papel na luta ideológica para o conjunto da massa, evidenciando que os seus problemas e os problemas de fundo da sociedade brasileira não serão solucionados nos marcos do capita

AB, DDP, DDP II, 18

lismo e sim no socialismo. O atual quadro político nacional evidencia mais ainda a importância da propaganda do socialismo, uma vez que diversas correntes político-ideológicas burguesas e pequeno-burguesas se apresentam no movimento operário e popular, buscando cooptá-lo para seus projetos mais duradouros. Assim, o "renascimento do populismo-trabalhista, o surgimento de correntes social-democratas, além dos desvios do reformismo, do populismo revolucionário e do trotskismo, colocam para os socialistas proletários a urgência de travar uma intensa luta ideológica contra tais pensamentos, pois só assim será possível evitar que eles se enraízem no movimento operário e popular.

Há que se entender no entanto, que a luta pelo socialismo traduz-se hoje nas propostas políticas que mais permitam avançar as lutas concretas do movimento operário e popular, ainda que tais objetivos não poderão ser alcançados sem avanços no processo de construção de uma vanguarda proletária, o que contrasta com incipiente estágio de construção do partido proletário. Isto coloca como pressupuesito para que a nossa tática seja vitoriosa a necessidade de, no bojo da luta contra a ditadura e pelo fim do regime militar, se aglutinar a vanguarda social do movimento operário popular em torno de uma perspectiva classista de intervenção no movimento de massas, e da propaganda do socialismo, acumulando assim forças para os nossos objetivos estratégicos. E também no bojo da luta contra a ditadura que devemos avançar na unificação da vanguarda ideológica da classe operária, promovendo a aglutinação dos elementos dispersos em torno das organizações existentes, promovendo fusões e alianças entre elas e avançando na sua integração com o movimento operário e popular.

AB; DDP; DDPEI; J8

2. DA PLATAFORMA DE LUTAS

Não basta apenas declarar que o objetivo central da tática transformar o atual movimento popular num amplo movimento político contra a ditadura. Para que tal proposição saia do campo da intenção é necessário definir com precisão qual o instrumento que nos possibilitará atuar no sentido de que as amplas camadas populares ingressem de uma maneira definitiva na luta política global contra a ditadura, de uma forma ativa e independente , e construindo a sua própria alternativa à crise do regime militar.

Este instrumento não é outro senão uma plataforma de lutas, na qual estejam contempladas tanto as reivindicações imediatas que servem de eixo de mobilização das presentes lutas travadas pelas camadas populares, como também as bandeiras que sejam capazes de direcionar o movimento popular para a sua generalização e para o confronto com a ditadura militar, marchando assim para a derrubada do regime. Ou seja, não se trata de acenar abstratamente para a necessidade da criação de uma frente política de massas. Trata-se, isto sim, de materializar uma plataforma de lutas que seja capaz de impulsionar e colocar na ordem do dia a necessidade desta frente de massas contra a ditadura. A plataforma de luta é, portanto, um fator fundamental para a cosecusão do nosso objetivo tático central.

Tal plataforma não é gestada à partir das nossas cabeças , mas a partir tanto do estágio em que se encontra o movimento de massas como a partir das perspectivas que a atual conjuntura abre. Neste sentido, ela deve se vincular ao atual nível de consciência e de organização das camadas populares, municiando-as de ppropostas e reivindicações concretas que sintetizem os seus interesses no atual estágio da luta de classes no Brasil. Levantar tais reivindicações concretas mais do que nunca se faz necessário,uma vez que elas não são absorvíveis pelo "projeto de ditadura reformada", sendo portanto, um obstáculo a este "projeto". Por outro lado, para que esta e outras propostas burguesas de superação da crise do

AB, DDP, DDPD, 18

regime sejam derrotadas, é fundamental que a nossa plataforma aponte claramente para alluta pelo fim da ditadura, pela conquista das liberdades democráticas, explicitando que cabem aos trabalhadores e ao povo o principal papel na derrubada do regime e na instalação da nova ordem que se segue.

Tendo em mente que a plataforma de lutas não é algo estático e que ela é enriquecida pelo próprio movimento de massas, à medida em que a luta de classes avança e levanta novas questões, entendemos que desde já cabe contemplar as seguintes questões numa plataforma que vise transformar o atual movimento operário e popular num amplo movimento político e unificado contra a ditadura:

1. Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita: Que implica em:
liberdade imediata para presos políticos, por melhores condições carcerárias, por apuração de torturas, punições de torturadores, indenização de famílias de mortos e desaparecidos, apuração de atentados dos organismos para-militares, desmantelamento dos DOI-CODI e de todos os aparelhos repressivos da ditadura, volta dos exilados com o restabelecimento de seus plenos direitos, anulação pura e simples de todos os processos políticos, revogação da lei de segurança e de todo arcabouço jurídico-repressivo, revogação de punições a grevistas, eliminação do atestado ideologico, etc...

2. Pela total Liberdade de Organização Partidária, que implica em:
pela revogação das leis que regulamentam a criação de novos partidos, pela liberdade de criação de associação de carater político, pela legalização das organizações clandestinas, pela liberdade de imprensa e propaganda, etc...

3. Pela Liberdade de Expressão e de Manifestação; que implica em:
contra a censura e todas as suas formas de manifestação, pela liberdade de imprensa, pela defesa da imprensa independente, liberdade de criação e apresentação artística, defesa das produções artísticas populares, liberdade para todos os tipos de manifestação publica, pela revogação da Lei Falcão, da lei de Imprensa, etc...

4. Pela Liberdade Sindical, que implica em:

AB; DDP; DDPE; JB

19

4. Pela Liberdade Sindical, que implica em:
pelo desatrelamento dos sindicatos do Ministério do Trabalho, contra o imposto sindical obrigatório, pela criação de comissões de fábrica, estabilidade para os delegados sindicais e membros das comissões de fábrica, pela criação de organização inter-sindicais, inclusive a nível nacional, pela criação da Central Única dos Trabalhadores, pela negociação direta entre empregados e patrões, pela liberdade de manifestação política para os sindicatos, contra as intervenções nos sindicatos, etc...

5. Pelo Direito de Greve, que implica em:
Contra a lei 4.330, contra o decreto 1632, contra todas as restrições existentes ao direito de greve, pela liberdade de realização de greves políticas e de solidariedade, pela criação de fundos de greve, etc.

6. Por Melhores Condições de Vida e de Trabalho, que implica em:
por aumentos salariais acima do custo de vida; pela reposição do poder aquisitivo corroídos, pelo arrocho e pelo custo de vida; pelo congelamento dos preços; pela eliminação dos especuladores nos gêneros de primeira necessidade; pela melhoria dos serviços públicos; pela estabilidade para os trabalhadores e garantia de emprego; pela melhoria dos serviços de saúde; contra a privatização do atendimento médico à população; pelo ensino público e gratuito para todos; pelo controle do INAMPS e dos recursos do FGTS pelos trabalhadores; por um salário mínimo nacional e unificado, a partir do maior salário regional, contra a política de predação da natureza, etc.

7. Pela Eleições Livres e Diretas, que implica em:
Pelo direito de votar e ser votado para todos os brasileiros, incluindo o direito de voto a analfabetos, cabos, soldados e marinheiros, em eleições diretas em todos os níveis e que para serem livres exigem a concretização das liberdades democráticas fundamentais; pela extinção dos senadores biônicos, da lei da inegibilidade, da atual lei de propaganda eleitora, pelas eleições diretas nas capitais, em municípios considerados de segurança nacio -

AB, DDP, DDPI, 18

lidade, da atual lei de propaganda eleitoral, pelas eleições diretas nas capitais, em municípios considerados de segurança nacional e estâncias hidrominerais, etc.

Ao lado deste conjunto de reivindicações que servem de motor para a ação imediata das massas no atual estágio de fim da ditadura militar a nossa plataforma levanta ainda as seguintes bandeiras, que no presente momento são objetivos de propaganda tática, mas que no decorrer da conjuntura devem servir também de motor de mobilização de lutas, a partir do momento em que o movimento popular se generalize na luta contra a ditadura:

- Pelo Fim da Ditadura Militar, que implica em:

Desmantelamento total do regime milita, de seus aparelhos de repressão, de seu arabouço jurídico-político, de sua política econômica, conquista das liberdades democráticas, de melhores condições de vida e de trabalho, e outras conquistas no campo econômico e social de interesse dos trabalhadores.

- Pela Convocação de uma Assembléia Constituinte, precedida de todos os seus requisitos, tais como o fim do regime militar, anistia, ampla, geral e irrestrita, liberdadespartidária e sindical, etc. Tal bandeira implica em: lutar comtra as reformas políticas do regime, contra a transformação do atual Congresso numa Constituinte, contra a convocação de uma constituinte a partir da ditadura, etc.

3. DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E DEMOCRÁTICA

Ao colocarmos na nossa plataforma de lutas a proposição de uma Assembléia Nacional Constituinte e Democrática - que hoje se coloca muito mais como elemento de propaganda tática mas que poderá vir a desempenhar um papel de agitação para a ação imediata do movimento de massas - entendemos que tal bandeira, ainda que esteja sendo assumida também pela oposição liberal burguesa de uma formatímida e vacilante, hoje interessa fundamentamente aos setores populares, quer pelo espaço político que ela abre, quer pelo acúmulo de forças que pode vir a representar, caso a sua conquista se dê como fruto do avanço do movimento operário e popular.

AB; DDP; DDPSI; 18

Em termos concretos, a bandeira da Constituinte democrática, se justifica, no presente momento pelos seguintes aspectos, além de abrir um espaço político e poder servir de acúmulo de forças: a) no presente momento, ela pode dar uma resposta à questão institucional que estão colocada. b) possibilita a denúncia do projeto de "ditadura reformada" e da exclusão do movimento operário e popular por este "projeto". c) favorece à agitação de uma plataforma de lutas- da qual a Constituinte é um dos seus itens, capaz de possibilitar o surgimento de um movimento de massas político e unificado contra a ditadura militar. d) secundariamente, possibilita que sejam exploradas as contradições interburguesas, o que é de interesse dos trabalhadores, se for feita de maneira correta. De putro lado, se for conquistada com os seus prerequesitos e com o fim do regime militar, possibilita a agitação, não só no seu interior, mas principalmente fora dela de uma plataforma e de um programa que represente os interesses dos trabalhadores e do povo na conjuntura em que se segue ao fim da ditadura.

Sem subestimar a importância dela como a principal bandeira democrática da nossa plataforma, cabe registrar, entretanto, que a Assembléia Constituinte não representa uma alternativa global à ditadura, e muito menos uma alternativa de poder ao atual regime. Para as camadas populares, a alternativa de governo à ditadura militar deverá se materizlizar numa popposta concreta, proposta esta que a conjuntura atual virá a exigir mas que no presente estágio de desenvolvimento do movimento de massas essa questão questão ainda não se coloca de maneira premente.

Por outro lado a proposta de Constituinte, se desligada de uma plataforma de lutas, não irá, por si só solucionar o problema de uma tática proletária para a presente conjuntura e nem representa o objetivo central da nossa tática, que é a transformação do atual movimento operário e popular em um movimento político unificado contra a ditadura militar. Além do mais, ela tem de ser assumida como uma bandeira tática onde, para os proletários, ela não tem o

objetivo de institucionalizar uma correlação de forças claramente desfavorável para as camadas populares, mas ao contrário, visa abrir espaço, através da agitação e mobilização que tal bandeira possibilita, para que esta correlação seja invertida. Enfim, sob hipótese alguma o seu caráter tático imediato pode ser confundido com a questão da constituição do poder proletário, este claramente estratégico.

Se cabe, portanto, assumir sem vacilações a proposição de uma Assembléia Constituinte democrática e precedida de seus requesitos, cabe também aos proletários subordinar e articular tal proposta com a formação da unidade popular pela base e contra a ditadura, que hoje se sustenta em um conjunto de reivindicações concretos. Por outro lado, na defesa da Constituinte, é nossa tarefa tanto denunciar as saídas burguesas para a presente crise, como demarcarmos campo com as propostas populistas e reformistas de Constituinte, nas quais esta bandéira ou é vista como uma "espécie de pacto social" que vai garantir a harmonia no momento posterior à queda da ditadura, ou entendida como a coroação do "Estado de Direito", quando não é colocada como elixir para todos os males da sociedade brasileira.

Ao assumir tal bandeira, não devemos ignorar que é possível o surgimento de constituintes profundamente restritivas e que neste sentido pouco signifiquem em termos de espaço aberto para o movimento operário e popular e busquem, concretamente, ser um freio ou uma resposta a este movimento. Em relação a estas constituintes a nossa posição será a de denunciar amplamente os seus limites e de só participar delas se for possível trabalhar na agitação e organização dos setores oprimidos, buscando a ampliaçãoddo espaço político para os trabalhadores e o povo, educando as massas na mobilização política sobre a questão do regime que a Constituinte suscita.

À luz de tais constações, cabe a nos, no presente momento, se opor radicalmente a que o atual Congresso aprove as reformas constitucionais que o regime visa impor, denunciando, inclusive, os setores de oposição liberal que busquem ter uma tática de "barganha" com as reformas da ditadura, justificando o seu oportunismo a base

de que é viável ampliar "o espaço" que as reformas abrem. Esta será a mesma postura que assumiremos em qualquer tentativa de transformar o atual Congresso em Constituinte, ou de convocar uma Assembléia Constituinte sob o regime de ditadura. Para o movimento operário e popular, portanto, a convocação de uma constituinte exige o fim radical do regime militar.

4. Do governo

A IV RNA travou um vivo debate sobre a questão da proposta de governo alternativa à ditadura militar. Neste debate, avançou-se bastante nas posições defendidas pelos vários delegados no interior da própria reunião, havendo um grau bastante grande de interpenetração de posições.

Porém, a IV RNA decidiu não fechar uma posição a respeito desse assunto, levando em conta que:

a) estamos num momento inicial do período de fim do regime militar, em que a questão do fim do regime está colocada fundamentalmente a partir das contradições inter-burguesas e não pelo movimento de massas. Nesse sentido, a questão de uma proposta alternativa de governo à ditadura militar não é uma questão premente para o movimento de massas e para nossa tática.

b) no conjunto de nossa O., este debate está pouco amadurecido, não permitindo portanto uma definição mais precisa a respeito.

Por outro lado, a IV RNA reafirmou a necessidade de assumirmos a propaganda do governo dos trabalhadores- entendido como forma concreta de ditadura do proletariado- como a única alternativa capaz de resolver os problemas de fundo da sociedade brasileira.

AB; DDP; DDPEI; 18

24

28.

5. DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MASSAS

Nossa atuação, no campo das formas de organização de mama sas, no plano sindical, deve estar voltada para o insentivo, o desenvolvimento e a criação, onde não houver, de organizações livees e independente a nível local, regional e nacional, tanto do movimento operário, como do movimento de bairro, de assalariado, estudante, profissionais liberais, etc. Assim, na atual conjuntura, em que as associações sindicais atreladas ao Estado revelam que ainda são importantes referenciais para a massa em sua luta, a construções destas organizações livres e independentes passa necessariamente pela articulação do trabalho de criação e impulso a entidades já livres e independentes, com a atuação e a luta no interior das entidades atreladas. Entendemos ser este um aspecto fundamental para a própria conquista das formas de organização independente da massa, à medida em que essa conquista pressupõe que sejam as massas, e não apenas a vanguarda, que no seu processo de e vivência e de lutas, descubram os limites das entidades atreladda e assumam a luta pela sua superação.

Neste momento, dada a crescente tendencia existente a generalização das lutas a nível nacional e regional, cabe dar grande importanecia a propaganda e àlluta concreta pela criação de entidades globalizadoras ao nível setorial (CUT, UNE, etc.).

Além das entidades sindicais, é fundamental nessa conjuntura o incentivo à criação de formas inter-setoriais de organização, em cima de lutas específicas tais como a Coordenação do Movimento do Custo de Vida, CBAs, comitê inter-sindical de apoio à greve no ABC, os diversos comites surgidos para apreparação de atos comemorativos do 1º de Maio, etc. Estes comitês de luta tem assumido ainda um caráctér temporário, surginda em cima de uma luta concreta e tendendo a desaparecer à medida em que o móvel da luta desaparece. Surgido em geral a partir de lutas econômicas que se generalizam, a própria dinâmica dessa lutas, ao colocar o problema do confronto com o Estado, seja através das negociações salariais, se

AB, DDP, DDPB, 18

ja através da intervenção da repressão, coloca a necessidade desses comitês virem a assumir posições políticas mais claras de luta contra a ditadura.

Se de um lado é fundamental incentivar esse tipo de articulação inter-setorial surgida em cima de lutas concretas, propomos porém dar um passo a frente nesse processo, buscando articular, em cima das lutas, uma frente de mobilização popular de caracter permanente. Esta frente deve expressar uma articulação entre as organizações de massas independente, organizações atreladas que tenham porém uma postura combativa,,entidades estudantis, personalidades políticas, setores de instituições, etc., que tenham já assumido mesmo de forma setorializada ao parcelada, aqueles eixos de mobilização que propomos em nossa plataforma de lutas.

Essa frente, nesse momento, não teria uma proposta política alternativa à ditadura, nem um contorno orgânico claramente definido, mais se constituiria fundamentalmente em cima dos eixos táticos de mobilização das massas hoje. mais por outro lado, em seu desdobramento, ela poderia vir a assumir um carater de verdadeira frente política contra a ditadura - caso em que aí sim ela se constituiria essencialmente em torno de uma proposta de governo - pressupondo-se para tanto seja um maior grau de desenvolvimento e generalização do movimento de massas, seja um processo de encontro e negociações entre as diversas corrente políticas que estiverem no seu interior.

Ao desenvolvermos hoje a política de impulsionamento da fr frente de mobilização popular na luta contra a ditadura, devemos ter claro a necessidade de uma política de unidade de todas as forças que atuam no movimento de massas, sejam elas proletárias, pequena-burguesa, reformistas ou revolucionárias, desde que se situem no campo de interesse populares. Assim, enquanto tendências políticas devemos buscar a unidade, evidentemente sem prejuízo da luta ideológica e da manutenção de nossa independência política e organica, além do campo da esquerda socialista, com populistas revolucionários, reformistas, setores progressistas da Igreja, sindilistas combativos "autênticos"

AB, DDP, DDPI, 18

volucionárias ,reformistas,setores progressistas da Igreja,sindi listas combativos,os"autenticos",,os setores trabalhistas que não estão comprometidos com a ditadura, etc.Com base nessa política fundamental de alianças de todos os setores populares, devemos envidar esforços para neutralizar setores da oposiçãp liberal: OAB, CNBB, mandados do MDB, etc., realizando eventuais acordos. Esta política se justifica tanto para inviabilizar uma saída para a ditadura na qqual sejam os liberais que ditem as regras do jogo, como no sentido de obstaculizar a recomposição de tais setores com a ditadura militar. Naturalmente, o critério para a realização de acordos só poderá se um:.ter como base as bandeiras que são de interesse popular . Em síntese, com relação aos liberais nossa política não é a de jogá-los nos braços da ditadura, e sim neutralizá-los.

O BLOCO DE OPOSIÇÃO POPULAR

A frente de mobilização popular está prefigurada hoje no movimento de massas, no seu processo ainda setorializado e avançando na generalização em cima de eixos concretos delas que materializam os anseios de liberdades democráticas e melhores codições de vida e de trabalho para os trabalhadores e o povo.

Dentro de nossa política geral de alianças das forças que compõem o espectro da frente de mobilização popular , propomos também uma aliança especial, que se constitua num Bloco de Oposição Popular. O Bloco de Oposição Popular é uma articulação, que para além do corporatieo vise fortalecer o desenvolvimento das iniciativas concretas de mobilização popular, de generalização das lutas,,visando desenvolver a frente de mobilização popular e já trabalhar no sentido da formalização de uma frente de nível superior, de uma frente política de massas de luta pela superação da ditadura.

O BOP se articula hoje pois as questões de mobilização popular na tentativa de nuclear parcelas da vanguarda social do movimento popular que se possam fortalecer a perspectiva da organização independente dos setores oprimidos , buscando se contrapor e surgir como uma alternativa de direção, no interior da f frente

AB; DDP, DDPEI; 18

zação independente dos setores oprimidos , buscando se contrapor e surgir como alternativa de direção, no interior da frente de mobilização popular, aos setores reformistas e populistas que desdenham a mobilização e a organização independente das massas em função dos acordos de cúpula com os liberais.

SOBRE A LUTA INSTITUCIONAL PARTIDÁRIA E O MDB

Devemos formalizar uma autocrítica pela nossa posição política anterior sôbre a importância e os limites da participação na frente institucional legal /partidária. Mesmo as posições políticas tomadas em 74 e 76, traduzidas em documentos, não deixaram de se revelar muito limitadas. Mais limitadas ainda, foram a orientação e prática concreta que desenvolvemos nessa frente. Quando da nossa participação nas disputas pré-eleitorais de 78, dentro do MDB, pudemos bem verificar esta limitação, bem como, também, depois após nova experiência da campanha eleitoral que desenvolvemos.

Decorrente dessa autocrítica reafirmamos a justeza da posição de que devemos aproveitar ao máximo possível o espaço da luta institucional partidária legal, sem, entretanto, coloca-la como o canal principal de expressão do movimento de massas e sim como uma intervenção à serviço da constituição e da organização independente do movimento operário e popular de forma autonomamente política.

Entretanto nossa participação na vida partidária legal atual, concretamente dentro do único partido de oposição legal consentido, o MDB, sómente pode ser feita com consequencia se colocar-mos, sempre, em fudamental e desbacado plano préliminar nossas antransigente luta pela mais ampla liberdade de organização partidária, especialmente para os partidos operários e populares. Entendemos que essa luta deve assumir caráter de lutas de massas, o mais amplo possível, levando-se em conta a natureza eminentemente democrática desas reivindicações. É assim que entendemos o MDB não como um partido político propriamente dito e sim como diz seu próprio nome, "um movimento", que contém dentro de si diferentes correntes políticas expressando um conteúdo policlassistas, sob a direção dos liberais. O MDB, até agora e na verdade especialmente de 74 para cá, nas novas condições políticas da crise

AB; DDP; DDPII; 18

29

do regime, foi fundamentalmente um canal de expressão dosprotesto político das massas, no momento eleitoral catalizando assim, de maneira difusa, o grande e profundo sentimento oposicionista existente no seio das amplas camadas populares.

A campanha eleitoral de 78 e seus resultados, onde se destaca a eléição de um conjunto de "candidatos populares" com uma definição política mais precisa, ao lado da corrente mais ampla e mais difusa dos "autênticos", criou uma nova situação dentro do MDB e novas condições mais favoráveis para a luta parlamentar e para o uso dos mandatos adquiridos. É assim que devemos estimular a formação dentro do MDB de um "Bloco de Parlamentares Populares", fundamentalmente voltada para a articulação da ação parlamentar, buscando dentro deste bloco, que é profundamente heterógêneo no seu conteúdo político-ideológico, diferenciarmo-nos através da expressão do BOP já referido antes. O aspecto chave desta diferenciação estaria no conteúdo das proposições políticas do BOP, tanto para a luta no âmbito parlamentar, como fora dele,conforme já tratamos antes neste documento. E mais, assumiria particular destaque a questão do peso a ser dado ao uso do mandato adquirido: dentro deste amplo e heterogêneo bloco de"parlamentares populares" os memebros do BOP estariam centrando fogo na luta contra colocar a ação parlamentar como o centro de luta do movimento de massas, contra o atrelamento deste a esta luta e buscando colocar o mandato a serviço da mobilização e organização da oposição extra-parlamentar, através do movimento de massas.

Decorrência prática dessa nossa autocrítica quanto à limitada participação que vinhamos tendo na luta institucional partidária, devemos promover filiações ao MDB não de forma genérica e indiscriminada mas sim buscando direcioná-las politicamente tendo em vista uma participação e atuação organizada politicamente dentro dele, em organismos determinados, sejam diretórios de vários tipos, departamentos internos, e etc. Assumimos uma crítica severa as proposições equivocadas que levantam setores da esquer

AB, DDP, DDPB, 18

da quanto a quimérica e errônea tese de "tomar o MDB, modificar seu caráter de classe e transformá-lo numa frente popular" realmente a serviço dos ênteresses populares. É óbvio que, dentro e fora do MDB, estaremos lutando e apoiando todos os esforços visando o desmascarar e expulsar os adesistas bem como buscando levar a fundo a luta contra os liberais que dominam o MDB. Neesemmovimento de filiações, sempre que possível, devemos aproveitar as condições para aprofundar, ao nível da vanguarda social, a discussão política sem o significado desta participação, etc., através de vários meios.

Nossa política não é a de "Tomar o MDB para mudar o seu caráter de classe" na medida justamente em que vemos que o quadro da reorganização partidária legal deve assumir uma dinâmica em que a quebra do bipartidarismo imposto pela ditadura, estáeem processo, não somente no interesse da ditadura de buscar canais para cobrir politicamente sua "transição", comotambém pela pressão que o movimento operário e popular vai fazendo no sentido de romper também a camisa de força que o bipartidarismo significa ao dar monopólio da oposição legal ao MDB sob o comando dos liberais.

Daí que para nós o BOP deve assumir, dentro e fora do MDB, como sendo um embrião de um novo partido político, portanto não assumindo como "princípio" a defesa sagrada da unidade do MDB, pois esta unidade tem um significado político. Se por enquanto, ainda se justifica mantê-la, porém o processo de nossa inserção na dinâmica do quadro da reformulaçãopartidária exige-nos uma definição, e esta se dá numa proposição que não é a de transformar o MDB num "partido popular" e sim marcarmos nossa presença nas divvrsas articulações partidárias em curso, visando a construção de um novo agrupamento político, de caráter ainda frentista, de luta contra a ditadura, porém sem a presença dos liberais, e com um conteúdo político claramente à esquerda do MDB.

AB; DDP; DDP XI; 18

Quanto às diversas articulações partidárias em curso (PT, PTB, PS)devemos buscar participar de todas elas criticamente,levando nossa proposição de criação futura de um "partido popular". Nesta questão, devemos entender que,de um lado e principalmente, existe um interesse da ditadura em buscar "dividir a oposição", recoisionando o bloco no poder, e cooptando outros setores sociais, via um quadro partidário mais flexível. De outra parte, há também o interesse e a pressão, ao nível do movimento popular, de na luta política chegar a uma expressão superior da que atualmente permite ao MDB, rompendo o monopólio da opodição legal reservado ao MDB pela ditadura militar.

Finalmente, dentro da expressão parlamentar do bloco de oposição parlamentar, os socialistas-proletários procurarão, ao se manifestarem, expressar uma forma de articulação entre si de maneira crescente, até chegar a constituição futura de uma tendência socialista. Os soccialistas-proletários, ao assumirem sua fisionomia própria, dentro do bloco de oposição popular, e se articularem entre si, de maneira crescente, deverão entretanto ter sua intervenção política sempre referida fundamentalmente às tarefas da conjuntura, às respostas, denúncias e propostas que a conjuntura exige para fazer avançar a luta pela derrubada da ditadura, e não na propaganda do socialismo.

AB, DDP, DDP.XI, 18

TAREFAS DASCONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA HOJE

A) A Necessidade da Construção do Partido e sua Base Teórico-Ideológica.

A gestação em nosso país do partido revolucionário dos trabalhadores se apresenta como uma grandiosa tarefa para os comunistas e está colocada na ordem do dia. Sem ele, é uma quimera se pensar na transformação do Brasil em uma nação socialistasSem ele, é ilusão almejar a destruição do Estado burguês e a sua substituição pelo Estado proletário.

Esta não é uma tarefa colocada para um futuro longínquo , mas sim para ser enfrentada desde hoje. Isto é, se não avançarmos hoje na construção do partido proletário dificilmente os trabalhadores poderão fazer valer os seus dáteresses ao desdobramento da crise que se afigura, e o mais importante, fáltará à classe o seu instrumento fundamental para intervir em uma crise revolucionária que coloque no seu bojo a questão da destruição dos pilares da sotiedade capitalista e a construção de uma nova ordem econômica e social: o socialismo. Tanto menos se avançe na gestãgão deste partido, tanto mais longe estaremos de por umfim na ordem burguesa e de fazer surgir no cenário nacional a ditadura do proletariado.

E pois, tarefa fundamental dos revolucionários proletários concentrar os seus esforços na construção do partido proletário. E pois sua obrigação desmascarar todas as teses que levam à negação dop partido da classe operária - seja através do revisionismo contemporâneo, seja através da deformação dogmática do marxismo, seja através do pensamento social- democrata. Este último na sua feição cabocla, sob o pretexto de que o capitalismo monopolista brasileiro é pleno de particularidades, aponta para a necessidade de um "partido dos assalariados" ou o nome que se dê, diluindo assim o caráctér de classe do partido de vanguarda,o papel do proletariado e, em consequência, negando a própria necessidade

AB, DDP, DDPI, 18

sidade da ditadura do proletariado como fundamental para instauração da sociedade socialista.

Entendemos que, o partido a ser construído não é outro senão um partido marxista-leninista. Isto é, que tem o marxismo leninismo como base teórica-ideológica, que o considera como guia de sua ação, que corporifica a organização da parcela avançada da classe operária a atuar de uma forma disciplinada e coesa.

Reafirmar contudo que a construção de um partido proletário no Brasil, tem como ponto de partida a teria marxista-leninista do partido, não pode ser entendido como uma resposta definitiva a grandiosa tarefa que se coloca para os revolucionários proletários. A crise atual do movimento comunista internacional está a demonstrar que o próprio marxismo-leninismo não respondeu ainda cabalmente a essa questão, assim como não respondeu satisfatoriamente a um conjunto de questões da construção da sociedade socialista. Há que se entender a historicidade do marxismo-leninismo, ou seja compreendê-lo não como uma religião, mas como uma ciência permanentemente em desenvolvimento e em evolução, onde os seus princípios não são dogmas a serem repetido gegamente e sim princípios para serem testados pelo fogo da prática e pela história.

Constitui-se uma redução grosseira considerar que o marxismo-leninismo já respondeu tudo na questão do partido e que se trata tão somente de "depurá-lo" da deformação stalinista e das deformações da III Internacional nesta questão. Entendemos que no exato estágio em que se encontra - onde salta aos olhos a crise do MCI - no que diz respeito ao partido do proletariado, o marxismo-leninismo tem determinados princípios que historicamente te provaram ser justos, tem outros que exigem uma revisão, no sentido de confirmá-los ou não, e que não respondem a outras questões que o desenvolvimento da história e da luta de classes no plano mundial colocaram.

Conscientes de nossas limitações, conscientes de que a nossa pequena inserção na luta de classes e o nosso pouco domínio do marxismo-leninismo, não nos permite ainda dar avanços qualitativos na formulação de uma teoria revolucionária para a construção do partido do proletariado no Brasil, a nossa IV RNA houve por bem não se deter principalmente nas questões que colocamos acima, entendendo que será no nosso próximo Congresso que devemos nos propor a dar maiores passos para aprofundamento da base teórico-ideológica e na teoria da construção do partido do proletariado no Brasil.

B) O Estágio Atual das Forças Proletárias no Brasil e nossas Tarefas

Ao analisar-se o movimento de massas no Brasil hoje, constatamos, de um lado, a existência de uma vanguarda ideológica, materializada num conjunto de organizações, grupos locais e regionais, e em comunistas dispersos, de outro, é visível a emergência no cenário político do país, de uma vanguarda social que surgiu a partir do desenvolvimento do movimento popular e de suas lutas, particularmente na classe operária, mas também noutras camadas. Esta "nova" vanguarda social tem a peculiaridade de estar sendo formada fora dos marcos do populismo que deu o tom da luta de classes no período pré-64, fato por si só alvissareiro, ainda que tenha um nível de consciência marcadamente corporativista. Como a sua consciência política apresenta um estágio inicial de desenvolvimento, ela é, em certo sentido, permeável às concepções reformistas e social democráticas, mas também o é, ao menos potencialmente, permeável às concepções proletárias. Portanto, ainda não está determinado quem, em médio prazo, exercerá uma influência decisiva nesta nova parcela avançada das massas populares. Hoje, há que registrar a existência, de um profundo fosso entre a "vanguarda social" e a "vanguarda ideológica".

AB; DDP; DDPD; 48

A construção do partido proletário no Brasil passa tanto pela aglutinação da "vanguarda ideológica" -isto é, dos marxistas-leninistas - como pela sua integração com a vanguarda social. Temos aí dois processos intimamente interligados, onde é impossível primeiro cumprir um para depois cumprir o outro . Só é possível avançar na aglutinação dos marxistas-leninistas na medida em que se rompa o casulo no qual estes marxistas estão envolvidos, transformando-os numa "vanguarda política", ou seja, em elementos de proa do movimento político e social. Do outro lado, a elevação do nível de consciência das parcelas avançadas da classe operária e demais camadas populares no sentido de que elas interiorizem a necessidade do partido proletário e superem a sua consciência espontânea corporativista está na razão direta da capacidade dos marxista-leninistas marcharem ao lado desta vanguarda social que hoje joga um importante papel na luta de classes e que vem se manifestando, até certo ponto e até certo grau, à revelia das forças organizadas da esquerda proletária. Assim, a construção de um partido proletário no Brasil passa necessariamente pela integração da "vanguarda ideológica com a vanguarda social".

Constitui-se fator de fundamental importância para a gestação de um partido proletário no Brasil a existência de um campo proletário na esquerda brasileira . De fato, a partir do início da década atual e a partir da luta contra as concepções reformistas, populistas e militaristas, formou-se no Brasil uma Tendência Proletária. Esta tendência, da qual participam um conjunto de organizações, grupos locais e regionais, tendência e revolucionários dispersos, representa um salto qualitativo em relação ao restante da esquerda revolucionária, compreendendo o caráter socialista da revolução brasileira e fazendo autocrítica de sua trajetória passada.

A presente conjuntura- na qual foi superada a fase de resistência e o desenvolvimento do movimento de massas tende a levá-lo a assumir uma escala nacional e a uma globalização em cima cima de determinados objetivos - joga para os revolucionários proletários dispersos a necessidade imediata de contarem com organizações nacionais capazes de intervir de maneira unificada e coesa no atual processo político. Se não contarem tais organizações, os revolucionários proletários estarão em condições adversas para disputarem com outras correntes da esquerda e com a oposição liberal a direção do movimento popular e da luta contra a ditadura.

A atual conjuntura diminui, portanto, o espaço para os grupos regionais, tendências locais e para a atuação dispersa e individual dos comunistas. Se numa fase anterior tais formas de atuação - ainda que limitadas do ponto de vista histórico- encontravam um certo espaço e trouxeram importantes contribuições para a expansão da tendência proletária, no presente momento elas vão chegando aos seus limites e esbarram em obstáculos intransponíveis. Mostrar pois as limitações das formas de organização dispersas dos revolucionários proletários e convencê-los da necessidade que a conjuntura exige de organizações proletárias com dimensão nacional é uma das tarefas que se colocam no presente momento para os comprometidos com a construção do partido proletário no Brasil.

Constatar a necessidade de organizações proletárias com dimensão nacional não significa a uma postura sectária com relação à existência de outras formas de organização mais elementares, tais como grupos regionais e tendências. Devemos ter sempre presente que a existência de um conjunto tão grande de revolucionários proletários dispersos nessas formas de organização é o outro lado da moeda das debilidades das O.s revolucionárias proletárias em apresentar alternativas políticas globais justas.

AB, DDP, DDPEI, 17

Em primeiro lugar, as organizações proletárias tem que interiorizar que se trata de convencer politicamente, e não coagir moralmente , os comunistas dispersos da necessidade de organizações nacionais, e da necessidade deles se engajarem ativamente na construção dessas O.s. Em segundo lugar, há que se compreender que também o campo proletário têm um desenvolvimento desigual e combinado, questão que num país com a dimensão do nosso tem que ser bem assimilada. Ou seja, em determinadas situações concretas, os grupos regionais e tendências ainda jogam um papel importante , se constituindo ainda na forma como os proletários se organizam e esta dinâmica tem que ser respeitada . Por último, não nos cabe cultivar o dogmatismo e simplificar as formas de organização de massas, ou é organização de vanguarda- esta sob a forma de organizações políticas nacionais.

Compreendemos que as formas intermediárias podem existir e que elas podem dar importantes contribuições desde que não visem substituir as entidades de massa ou as organizações de esquerda e estejam a serviço destas duas formas de organização. Assim, um dos pontos da nossa política de construção do partido proletário consiste na luta pelo fortalecimento das organizações nacionais proletárias e pela superação da fase de atomização e dispersão, respeitando ,porém o desenvolvimento desigual e combinado do campo proletário.

Um outro fator a reforçar o campo da esquerda como um todo e também o campo proletário será sem sombra de dúvida a conquista da anistia política que fará emergir no cenário político nacional exilados, revolucionários que atualmente estão presos e outros que estão na clandestinidade. Este contingente , entretanto ,não será automáticamente "proletário", uma vez que ele terá uma almágama de matizes políticas e ideológicas, algumas das quais com profundos desvios. O maior ou menor papel que este novo contigente da esquerda jogará estará na razão direta da atuação e capacidade das organizações proletárias de

AB, DDP, DDPB, 18

darem respostas para a conjuntura e para o processo revolucionário brasileiro. Se estas organizações forem vitoriosas, dificilmente o surgimento deste novo contigente terá como consequência a proliferação de muitos novos grupos no campo da esquerda, inclusive a proletária.

C) As organizações Proletárias e a nossa política no interior da Tendência

As organizações existentes constituem hoje a base da tendência proletária e o seu aspecto principal, no sentido de que concentram de maneira mais sistemática e homogênea a busca das respostas às questões colocadas para o conjunto da tendência pro proletária. De outro, dado ao seu caráter mais profissional e coeso, encontram-se num patamar superior de organização, quando comparadas com formas mais embrionárias de organização dos proletários.

Entretanto, o estágio de construção destas organizações, assim como o conjunto da Tendência Proletária - e o seu grau de fusão com o movimento político-social, mais particularmente a sua inserção na luta de classes ainda é profundamente insatisfatória. De um lado, essas organizações pouco avançaram na sua fusão com a nova vanguarda social e esta continua a se manifestar fundamentalmente à margem das primeiras. E de outro, existe, além das fronteiras das organizações proletárias, um grande número de comunistas dispersos, de grupos e tendências locais, que tais organizações não só não conseguem absorver, como não tem hoje tem hoje uma hegemonia política sobre eles.

Neste contexto, um dos desvios, dos quais nós como Organização fomos co-participantes, tem sido a superestimação do grau de construção da tendência peoletária, e mais especificamente do papel das organizações políticas, do grau de coesão entre elas e da possibilidade de fusões. Entendemos que superestimamos portanto o grau de unidade política alcançado. Em síntese, o des

vio consistiu em entender o processo de unificação das forças proletárias quase que como algo que corresse à margem da luta de classes e da participação destas forças na luta de classes.

Embora a sua presença seja um fator importante para a construção do partido proletário, as organizações existentes apresentam como uma de suas características a sua instabilidade, quer como força, quer do pomto de vista político-ideológico. Esta instabilidade se deve tanto ao seu pouco domínio do marxismo-leninismo e da realidade de nosso país, como fundamentalmente à sua base de classe e à sua parca inserção na classe operária. Entendemos que uma das contradições fundamentais das organizações proletárias consiste exatamente na sua não integração com a classe fundamental. Romper pois o cordão de isolamento existente entre as organizações proletárias e a classe operária é uma tarefa fundamental não só para a construção do partido-proletário mas para a própria sobrevivência destas organizações. Uma vez que é uma quimera falr em núcleos proletários sem que estes não dirijam no mínimo parcelas importantes da classe operária.

É a superação de tal limitação que irá determinar o teto histórico de tais organizações! Ou elas rompem o casulo e conquistam um grau mínimo de inserção na classe operáira e mudam a sua base social e a composição de seus militantes, ou enfrentarão no futuro obstáculos intransponíveis, chegando assim ao limite do seu papel histórico.

É a instabilidade destas organizações - que no limite não lhes deixa imunes a futuras defecções ou mesmo ao desaparecimento de algumas delas - um fator importante para constatar que carece de rigor científico definir hoje que uma destas organizações desempenhe o papel principal como núcleo oraglutinador do futuro partido proletário. Afirmar tal coisa, ou agir como que se fosse este núcleo proletário, é algo que se justifica muito mais pelo baluartismo de alguns do que pelo acúmulo de forças que tais organizações tenham conseguido. Cabe ainda ressaltar que ainda não está pré-estabelecido o caminho concreto pelo qu

que tais organizações tenham conseguido. Cabe ainda ressaltar que ainda não está pré-estabelecido o caminho concreto pelo qual surgirá o partido proletário no Brasil, no que toca ao papel das diversas forças proletárias.

À luz das considerações que fizemos, a nossa organização se propõe a ter a seguinte política de alianças e de relações no campo da tendência proletária:

- estabelecer relações privilegiadas com a força proletária D , pelo grau de unidade já conseguido, lutando para estreitar a curt curto prazo as nossas relações políticas e orgânicas e incrementando a inter-penetração de posições entre nossas duas forças. Entendemos que nos cabe uma autocrítica em relação a maneira com que conduzimos a nossa relação com D, no sentido de não fazer todos os esforços para avançarmos em nossa unidade política e orgânica. Por outro lado, temos consciência de que o processo de integração orgância entre nós e D depende fundamentalmente de nossa integração política, que é o fator principal, sendo a fusão orgânica subordinada a esta. A maneira concreta de efetivarmos a nossa autocrítica com D é a de acelerar a inter-penetração política e de ter como meta a fusão no prazo mais curto possível. Para que tais objetivos sejam conseguidos, entendemos que cabe da nossa parte abrir um canal democrático de participação de D em nosso futuro congresso, sem que isto implique neccessariamente na nossa fusão. Entendemos que a nossa política com relação a D, assim como com relação a outras organizações proletárias com as quais buscamos a integração política e orgânica, não é a de solapar as suas bases, tentando ganhar seus militantes individualmente. A nós interessa a integração conjunta e coletiva, o que nos leva a respeitar inclusive o processo e a dinâmica interna de D ou de qualquer outra força com as quais estejamos almejando a unidade.

- num plano inferior, mas tendo os mesmo objetivos a médio prazo, devemos também estabelecer uma relação privilegiada com E, comp

AB; DDP; DDPXI; 18

compreendendo entretanto que as nossas relações encontram limitações que se devem às particularidades de seu processo interno.

- manter a mesma relação com determinados grupos com os quaiste tenhamos uma unidade estratégica, identificação nas proposições táticas e um dado grau de intervenção conjunta no movimento político e social.
- retomar as relações com F, tanto ao nível de direção como do trabalho conjunto, sem porém colocar a curto prazo qualqeer perspectiva de fusão. Entendemos que com relação a esta força , nos cabe uma profunda autocrítica por não termos travado, de maneira consequente, a luta política de maneira fraterna e aberta com suas concepções, nos furtando até certo ponto desse processo. Entendemos que na raiz dessa atitude estava a nossa ausência de proposição política.
- retomar as relações com G, ao nível da direção e de trabalho conjunto, sem porém colocar qualquer perspectiva de fusão a curto prazo. Com relação a esta força nos cabe também autocrítica, pois apesar de durante um certo período termos mantido uma relação estável ao nível do debate conjunto entre as direções, mais recentemente também não conseguimos mantê-la.

Naturalmente, esta proposta de uma política de alianças no campo da tendência proletária levará em consideração o critério da intervenção no movimento de massas e as situações particulares -concretas que surgirem. Porém, elas servem como um guia geral, não sendo uma camisa de força a ser aplicada a todo e qualquer momento, a toda e qualquer situação e rente concreta.

Por último, entendemos que num outro nível qualitativamente diferente, devemos dar atenção ao processo que se desenvolve inicialmente no campo do populismo revolucionário, onde não está afastada a hipótese do surgimento no seu interior de uma corrente que venha a se aproximar do campo proletário. Entendemos que devemos buscar um campo de trabalho conjunto com a força populista e um processo de discussão e luta política e ideológica com aque

vemos buscar um campo de trabalho conjunto com a força populista e um processo de discussão e luta política e ideológica com aqueles que , no interior desta força, possam se aproximar do campo campo proletário. Entretanto, a nossa relação com este campo só sofrerá uma alteração de qualidade no momento em que exista uma clara ruptura com as concepções populistas, fato que hoje ainda não se verifica.

Como instrumento concreto de desenvolvimento e de debate político e ideológico no campo proletário, propomos que seja cr criada uma revista de debate entre as forças que compõem este campo.